



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

CURSO

Auditoria e Fiscalidade

ANO LECTIVO

2010/2011

### FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

<b>Unidade Curricular</b>	Introdução ao Estudo do Direito		
<b>Área Científica</b>	Direito		
<b>Classificação curricular</b>	OBRIGATÓRIA	<b>Ano / Semestre</b>	1º Ano/2º semestre

<b>Créditos ECTS</b>	<b>Horas de trabalho do aluno</b>	<b>Carga horária das sessões de ensino</b>	
		<b>Natureza Colectiva (NC)</b>	<b>Orientação Tutorial (OT)</b>
3	81	T: 30 ; PL: 15	

<b>DOCENTES</b>		<b>CATEGORIA</b>
<b>Responsável</b>	Horácio Lopes	Equip.º a Prof. Coordenador
<b>Teóricas</b>	Horácio Lopes	Equip.º a Prof. Coordenador
<b>Teórico-Práticas</b>		
<b>Práticas</b>		
<b>Prático-Laboratorial</b>	Horácio Lopes	Equip.º a Prof. Coordenador

### OBJECTIVOS

Proporcionar a aquisição de conhecimentos básicos de natureza transversal aos diversos ramos do Direito, ainda que com maior enfoque no direito civil, designadamente no que respeita a matérias da respectiva teoria geral.

### PROGRAMA PREVISTO

#### PARTE I – NOÇÕES GERAIS

#### CAPÍTULO I – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

1. PRIMEIRA IDEIA DE DIREITO
2. LEIS NORMATIVAS E LEIS FÍSICAS
3. ESTRUTURAS DA NORMA JURÍDICA
4. DIREITO NATURAL E DIREITO POSITIVO
5. DIREITO OBJECTIVO E DIREITO SUBJECTIVO
6. DIREITO E ESTADO

*Huy*

## CAPÍTULO II – FONTES DE DIREITO

7. O PROBLEMA DAS FONTES DE DIREITO
8. AS DIFERENTES ACEPTÕES DE “LEI”
9. A LEI COMO UMA DAS FONTES DO DIREITO POSITIVO
10. LEI MATERIAL E LEI FORMAL
11. LEI CONSTITUCIONAL E LEI ORDINÁRIA
12. ELABORAÇÃO DA LEI
13. REGULAMENTOS
14. ASSENTOS
15. INEXISTÊNCIA JURÍDICA, INVALIDADE E INEFICÁCIA DA LEI
16. CESSAÇÃO DA VIGÊNCIA DA LEI
17. COSTUME: NOÇÃO, REQUISITOS, ESPÉCIES E SUA ADMISSIBILIDADE COMO FONTE DO ACTUAL DIREITO PORTUGUÊS
18. USOS INTERPRETATIVOS E USOS SUPLETIVOS
19. PROVA DOS USOS E COSTUMES
20. DOUTRINA
21. JURISPRUDÊNCIA
22. OBRIGATORIEDADE DA NORMA JURÍDICA
23. EQUIDADE

## CAPÍTULO III – RAMOS DO DIREITO

24. NECESSIDADE DA DIVISÃO DO DIREITO EM RAMOS
25. DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO INTERNO
26. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
27. DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL
28. DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO
29. RAMOS DO DIREITO PÚBLICO
30. RAMOS DO DIREITO PRIVADO
31. RAMOS MISTOS DO DIREITO PÚBLICO E DO DIREITO PRIVADO
32. CIÊNCIAS AUXILIARES DO DIREITO
33. DIREITO COMUNITÁRIO

## CAPÍTULO IV – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI

34. O PROBLEMA DA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI
35. CONCEITO DE INTERPRETAÇÃO DA LEI
36. NECESSIDADE DA INTERPRETAÇÃO
37. INTERPRETAÇÃO LEGISLATIVA E INTERPRETAÇÃO LINGÜÍSTICO-FILOLÓGICA
38. A INTERPRETAÇÃO COMO TÉCNICA E COMO ARTE
39. INTERPRETAÇÃO DOUTRINAL E INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA
40. ESPECIALIDADES DA INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA
41. ELEMENTOS DA INTERPRETAÇÃO
42. ESPÉCIES DE INTERPRETAÇÃO QUANTO AO RESULTADO
43. INTEGRAÇÃO DAS LACUNAS DA LEI
44. SUBJECTIVISMO E OBJECTIVISMO NA INTERPRETAÇÃO DA LEI
45. APLICAÇÃO ACTUALISTA DA LEI
46. A ESCOLA DO DIREITO LIVRE

## CAPÍTULO V – APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO

47. O princípio da irretroactividade da lei
48. Teoria dos direitos adquiridos
49. Teoria das situações jurídicas subjectivas e das situações jurídicas objectivas
50. Teoria do facto passado
51. Teoria das situações jurídicas de execução instantânea e das situações jurídicas de execução duradoura
52. O artigo 12º do Código Civil
53. O artigo 13º do Código Civil
54. Inconstitucionalidade de certas leis retroactivas

## CAPÍTULO VI – APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO

55. O problema da aplicação da lei no espaço
56. Estrutura e funcionamento das normas de direito internacional privado
57. Relações entre o direito internacional público e o direito internacional privado
58. Principais regras do direito internacional privado português

## CAPÍTULO VII – ACTUAÇÃO EM COLABORAÇÃO COM A LEI

59. O interesse como base do direito
60. Solidariedade e conflitos de interesses
61. Resolução dos conflitos de interesses pelo Estado: heteronomia
62. Resolução dos conflitos de interesses pelos próprios interessados: autonomia

## CAPÍTULO VIII – ACTUAÇÃO EM REBELIÃO COM A LEI

63. Acto ilícito – ilícito civil, penal e disciplinar
64. Violação da norma jurídica: meios preventivos e meios repressivos; os meios compulsórios

## CAPÍTULO IX – REALIZAÇÃO COACTIVA DO DIREITO

65. A força ao serviço do direito
66. Função da Administração Pública na realização do direito; noção e espécies de polícia
67. Formas de justiça: pública, privada e arbitral
68. Organização dos tribunais
69. Divisão judicial
70. Competência dos tribunais judiciais
71. Hierarquia judiciária
72. Modalidades de processo civil
73. Modalidades de processo civil quanto ao fim
74. Modalidades de processo civil quanto à forma
75. Procedimentos cautelares
76. Tramitação geral do processo declarativo ordinário: fases dos articulados, do despacho saneador, da instrução, da discussão e julgamento e dos recursos
77. Processos de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária

## CAPÍTULO X – RELAÇÃO JURÍDICA

### SECÇÃO I – GENERALIDADES

78. Conceito de relação jurídica
79. Elementos da relação jurídica
80. Estrutura interna e externa da relação jurídica
81. Localização das relações jurídicas no Código Civil

### SECÇÃO II – SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA

#### SUBSECÇÃO I – PERSONALIDADE E CAPACIDADE JURÍDICA

82. Sujeito de direito; personalidade jurídica
83. Capacidade de gozo de direitos
84. Capacidade de exercício de direitos
85. Incapacidades de exercício
86. Pessoas singulares e pessoas colectivas

#### SUBSECÇÃO II – PESSOAS SINGULARES

87. Começo da personalidade
88. Condição jurídica do nascituro
89. Extinção da personalidade
90. Comoriência
91. Morte presumida

#### SUBSECÇÃO III – PESSOAS COLECTIVAS

92. Noção de pessoa colectiva
93. Pessoas colectivas públicas e pessoas colectivas privadas
94. Pessoas colectivas públicas
95. Pessoas colectivas públicas territoriais
96. Pessoas colectivas públicas não territoriais
97. Pessoas colectivas privadas: associações, sociedades e fundações

### SECÇÃO III – OBJECTO DA RELAÇÃO JURÍDICA

98. Objecto imediato da relação jurídica
99. Objecto mediato da relação jurídica
100. Direitos sobre outras pessoas
101. Direitos sobre a própria pessoa
102. Direitos a um facto
103. Direitos sobre coisas
104. Coisa corpórea
105. Objectos materiais insusceptíveis de apropriação individual
106. Coisas incorpóreas
107. Direitos sobre direitos
108. Património
109. Patrimónios autónomos
110. Patrimónios colectivos
111. Universalidades

Hum

## SECÇÃO IV – FACTO JURÍDICO

- 112. Função do facto jurídico
- 113. Factos jurídicos e actos jurídicos
- 114. Actos lícitos e actos ilícitos
- 115. Negócio jurídico
- 116. Actos jurídicos não negociais
- 117. Negócios unilaterais e negócios plurilaterais (contratos)
- 118. Declarações negociais receptícias e não receptícias
- 119. Contratos reais quanto à forma e quanto ao efeito
- 120. Elementos essenciais do contrato
- 121. Cláusulas acessórias dos contratos
- 122. Contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos

## SECÇÃO V – GARANTIA

- 123. Remissão

## PARTE II – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

### CAPÍTULO I – PRELIMINARES

- 124. Obrigação: em sentido amplo, em sentido restrito e em sentido próprio; terminologia
- 125. Os problemas da patrimonialidade da obrigação e da autonomia da obrigação
- 126. O interesse do credor como fim da obrigação
- 127. O princípio da boa fé
- 128. Distinção entre direitos de crédito e direitos reais
- 129. Importância do direito das obrigações e sua localização no Código Civil

### CAPÍTULO II – ELEMENTOS DAS OBRIGAÇÕES

- 130. Sujeitos
- 131. Objecto, modalidades e requisitos
- 132. Facto jurídico
- 133. Garantia
- 134. Obrigações naturais

### CAPÍTULO III – FONTES DAS OBRIGAÇÕES

- 135. Conceito e espécies de fontes das obrigações
- 136. Contratos: conceito; regulamentação legal; liberdade contratual; formação
  - a) Contrato-promessa
  - b) Pacto de preferência
  - c) Contrato a favor de terceiro
  - d) Contrato para pessoa a nomear
- 137. Negócios unilaterais
  - a) Carácter excepcional da admissibilidade dos negócios jurídicos como fontes de obrigações
  - b) Promessa pública e concursos públicos

138. Gestão de negócios

- a) Conceito, justificação e requisitos
- b) Relações a que dá origem

139. Enriquecimento sem causa

140. Factos geradores de responsabilidade extraobrigacional

- a) Noção de responsabilidade civil
- b) Responsabilidade civil, responsabilidade criminal e responsabilidade disciplinar
- c) Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa
- d) Responsabilidade obrigacional e extraobrigacional
- e) Localização da responsabilidade civil no Código Civil

#### CAPÍTULO IV – MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

141. Obrigações solidárias (disposições gerais; solidariedade entre devedores e entre credores)

142. Obrigações divisíveis e indivisíveis

143. Obrigações genéricas

144. Obrigações alternativas

145. Obrigações pecuniárias

- a) De quantidade
- b) De moeda específica
- c) Em moeda com curso legal apenas no estrangeiro

146. Obrigações de juros

147. Obrigação de indemnização

148. Obrigação de informação e de apresentação de coisas ou documentos

#### CAPÍTULO V – TRANSMISSÃO DE CRÉDITOS E DE DÍVIDAS

149. Noção

150. Modalidades

- a) Cessão de créditos
- b) Sub-rogação
- c) Transmissão singular de dívidas (assunção de dívida)

#### CAPÍTULO VI – GARANTIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES

151. Noção

152. Meios conservatórios da garantia patrimonial

- a) Declaração de nulidade
- b) Sub-rogação do credor ao devedor
- c) Impugnação pauliana
- d) Arresto

#### CAPÍTULO VII – GARANTIAS ESPECIAIS DAS OBRIGAÇÕES

153. Noção; a prestação de caução

154. Modalidades

- a) Fiança
- b) Consignação de rendimentos
- c) Penhor
- d) Hipoteca
- e) Privilégios creditórios
- f) Direito de retenção

## CAPÍTULO VIII – CUMPRIMENTO E NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Huy

### 155. Cumprimento

- a) Generalidades
- b) Quem pode fazer e a quem pode ser feita a prestação
- c) Lugar da prestação
- d) Prazo da prestação
- e) Imputação do cumprimento
- f) Prova do cumprimento
- g) Direito à restituição do título ou à menção do cumprimento
- h) Invalidade do cumprimento

### 156. Não cumprimento

- a) Impossibilidade do cumprimento e mora não imputáveis ao devedor
- b) Falta de cumprimento e mora imputáveis ao devedor (princípios gerais; impossibilidade do cumprimento; mora do devedor; fixação contratual dos direitos do credor)
- c) Mora do credor

### 157. Realização coactiva da prestação

- a) Acção de cumprimento e execução
- b) Execução específica

### 158. Cessão de bens aos credores

## CAPÍTULO IX – CAUSAS DE EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ALÉM DO CUMPRIMENTO

### 159. Generalidades

### 160. Modalidades

- a) Dação em cumprimento e dação em função do cumprimento
- b) Consignação em depósito
- c) Compensação
- d) Novação
- f) Remissão
- g) Confusão

## BIBLIOGRAFIA

### RELATIVA À PARTE I

- ANTÓNIO MARIA PINHEIRO TORRES, “*Introdução ao Estudo do Direito*”, Ed. Rei dos Livros, 1998
- ANTÓNIO PINTO MONTEIRO, “*Noções Gerais de Direito*”, Ed. CEFA, 2003
- EURICO HEITOR CONSCIÊNCIA, “*Breve Introdução ao Estudo do Direito*”, 3ª Ed, Almedina, 2007
- FERNANDO J. BRONZE, “*Lições de Introdução ao Direito*”, Coimbra Editora, 2006
- GERMANO MARQUES DA SILVA, “*Introdução ao Estudo do Direito*”, Universidade Católica, 2ª ed., 2007
- INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, “*Introdução ao Estudo do Direito*”, Vol. I, 11ª ed., e Vol. II, 10ª ed., Coimbra Editora
- JOÃO BAPTISTA MACHADO, “*Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*”, 17ª ed., 2008
- JOÃO CASTRO MENDES, “*Introdução ao Estudo do Direito*”, ed. Revista por Miguel Teixeira de Sousa, Lisboa, 2004
- JOÃO GONÇALVES PROENÇA, “*Introdução ao Estudo do Direito*”, Universidade Lusíada, 1995
- JOSÉ DIAS MARQUES, “*Introdução ao Estudo do Direito*”, 2ª ed., PF, 1994
- JOSÉ OLIVEIRA ASCENSÃO, “*O Direito – Introdução e Teoria Geral*”, 2ª ed., Almedina, 2008
- MARCELO REBELO DE SOUSA, “*Introdução ao Estudo do Direito*”, 5ª ed., Lex, 2000 (em co-autoria com Sofia Galvão)
- MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, “*Noções de Direito*”, 3ª ed., Almedina
- MÁRIO REIS MARQUES, “*Introdução ao Direito*”, 2ª ed., Almedina, 2007
- NUNO SÁ GOMES, “*Introdução ao Estudo do Direito*”, IUS, 2001
- PAULO OTERO, “*Lições de Introdução ao Estudo do Direito*”, Vol. I, tomo 1º, 1998, e tomo 2º, 1999
- PEDRO EIRÓ, “*Noções Elementares de Direito*”, Verbo, 2002
- SANTOS JUSTO, “*Introdução ao estudo do Direito*”, Coimbra Editora, 2006

### RELATIVA À PARTE II

- ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “*Direito das Obrigações*”, Vols. I e II, 1980
- FERNANDO PESSOA JORGE, “*Lições de Direito das Obrigações*”, Vols. I e II, 1967-1969, e “*Direito das Obrigações*”, 1975-1976, ed. Fotocopiada
- INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, “*Direito das Obrigações*”, 7ª ed., Coimbra Editora, 2000
- JOÃO DE MATOS ANTUNES VARELA, “*Das Obrigações em Geral*”, Vol I, 5ª ed., 2008, e Vol. II, 4ª ed., 2007, Almedina
- JORGE LEITE AREIAS RIBEIRO FARIA, “*Direito das Obrigações*”, Vols. I e II, 1990
- JOSÉ DIAS MARQUES, “*Noções Elementares de Direito Civil*”, 7ª ed., 1992
- LUIS M. MENEZES LEITÃO, “*Direito das Obrigações*”, Vols. I, II e III, Almedina, 2008
- MANUEL JANUÁRIO COSTA GOMES, “*Direito das Obrigações*”, 2ª ed., 2007
- MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, “*Direito das Obrigações*”, 9ª ed., Almedina, 2001
- NUNO MANUEL PINTO OLIVEIRA, “*Direito das Obrigações*”, Almedina, 2005
- RUI ALARCÃO, “*Direito das Obrigações*”, Coimbra, 1983

### RELATIVA ÀS PARTES I E II

- MANUEL S. D. NEVES FERREIRA, “*Introdução ao Direito e às Obrigações*”, 3ª ed., Almedina, 2007



Hum

**WEBGRAFIA**

[Empty space for Webgrafia]

**CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

Avaliação Contínua	
Avaliação Periódica	Através de Frequências (Duas). A média não inferior a 10 valores faculta a dispensa de exame, com a consequente aprovação, desde que em nenhuma delas a classificação obtida seja inferior a 7 valores.
Avaliação Final	Exame escrito. A aprovação no mesmo depende da obtenção de classificação igual a, pelo menos, 10 valores.

**OBSERVAÇÕES**

[Empty space for Observações]

**HORÁRIO DE ORIENTAÇÃO TUTORIAL**

Dia	Horário	Local
-----	---------	-------

Horácio José de Campos Lopes